



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL

Recebi em 02/12/14

Kleide S. Mayer
Diretora de Planário e Apoio às Sessões

PARECER Nº 652 DE 2014.

(Comissão de Educação, Cultura e Desporto)

Proposição: Projeto de Lei nº 121 de 2014.

Autoria: Vereadora Danny de Paula (PMN) e Vereador Gugu Bueno (PR)

Relator: Vereador Paulo H. Porto Borges (PCdoB)

Parecer: CONTRÁRIO

I – RELATÓRIO

O referido Projeto de Lei nº 121 de 2014, trata da alteração de dispositivo da Lei Municipal nº 2.708 de 1997 (Que disciplina o canto do Hino Nacional, do Estado do Paraná e do Município de Cascavel em todos os estabelecimentos de ensino públicos ou particulares).

O presente projeto altera o 2º da Lei Municipal nº 2.708/1997. O artigo da lei orienta que 1 vez por semana seja cantado o Hino Nacional na entrada dos alunos no momento do hasteamento da bandeira.

A alteração adiciona os hinos do Estado do Paraná e o Hino do Município de Cascavel, e estipula que esse ato seja realizado toda segunda-feira antes da entrada dos alunos em sala, sendo que altera para o hasteamento das 3 bandeiras (Nacional, do Estado e do Município).

Em se tratando de mérito da Comissão analisar o impacto social desta medida em parecer que segue.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

II – VOTO DO RELATOR

De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Cascavel, Art. 41. Compete à Comissão de Educação, Cultura e Desporto exarar parecer sobre os processos relacionados com o ensino, o desporto, o folclore e o património histórico, artístico e cultural.

Em razão das mudanças sugeridas no projeto de lei em questão, a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação e o Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel, manifestaram-se diante de pedido do Vereador Vanderlei Augusto da Silva (PSC) que encaminhou cópia dos ofícios recebidos para esta comissão a fim de auxiliar-nos no processo de análise da referida matéria.

Ao consultar a comunidade Escolar é possível compreender quais são as necessidades que envolvem a escola e o ensino como um todo.

A Secretaria Municipal de Educação – SEMED, se posicionou contrária considerando que “o civismo e disciplina são conteúdos curriculares que perpassam as diferentes áreas do conhecimento”. Complementa ainda salientando que “não é o ato de hastear a bandeira e forçadamente executar os hinos nacional, estadual e de Cascavel que fará com que o aluno tenha mais civismo”. Outro ponto levantado pela secretaria de educação, está no fato de o projeto de lei em questão determinar um dia específico para que este ato seja realizado, impondo e “ferindo a autonomia da escola em trabalhar de forma a atender as necessidades curriculares”.

O Conselho Municipal de Educação – CME, em resposta pontuou 3 aspectos referentes ao projeto de lei, a saber: 1 – a execução dos hinos e a interpretação das respectivas letras já é uma prática nas escolas municipais, estando contemplado no Currículo para a Rede Pública Municipal de Cascavel; 2 – de acordo com a LDB os Sistemas de Ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa. Desta forma este conselho enfatiza que deve ser respeitada a autonomia e o Projeto Político Pedagógico de cada unidade escolar na organização de suas atividades, não sendo necessário determinar o dia, como sugere o projeto de Lei; 3 – a execução dos três hinos num

Walmir *João* *B.7*



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

mesmo momento demanda muito tempo e que dificulta a concentração das crianças, cabendo a cada unidade escolar se organizar de acordo com a faixa etária atendida no período.

Quanto ao Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel – SIPROVEL manifestou-se contrária, pois segundo eles “o referido projeto não tem fundamento e não contribui em nada para a qualidade da educação, pois as escolas municipais já tem no currículo conteúdos que trabalham civismo, símbolos municipais, estaduais e nacionais, principalmente na disciplina de História, que perpassam pelo PPP de cada unidade de ensino”.

Levando em consideração as manifestações contrárias ao projeto, vindas de instituições que perfazem o sistema educacional de Cascavel e representam alunos, professores e a comunidade escolar, somos **CONTRÁRIOS** a presente matéria.

III - VOTOS DA COMISSÃO

Pelas conclusões do Relator: Vereadores Paulo Porto H. Borges, Rui Capelão Cardoso e Walmir Severgnini

Palácio José Neves Formighieri, 28 de Novembro de 2014.


Paulo Porto H. Borges (PCdoB)

Presidente


Rui Capelão Cardoso (PPS)

Secretário


Walmir Severgnini (PROS)

Membro